



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

JULIANA DO NASCIMENTO LIMA

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA PARA O
DEFICIENTE FÍSICO NO CONTEXTO ESCOLAR**

Dourados - MS

2017



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

JULIANA DO NASCIMENTO LIMA

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA PARA O
DEFICIENTE FÍSICO NO CONTEXTO ESCOLAR**

Pesquisa apresentada à disciplina Trabalho de Graduação do curso de Educação Física na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados sob a orientação da Prof.^a Me. Ilma Regina Castro Saramago de Souza.

Dourados – MS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L732c Lima, Juliana Do Nascimento

As Contribuições da Educação Física Adaptada Para o Deficiente Físico no Contexto Escolar / Juliana Do Nascimento Lima -- Dourados: UFGD, 2017.

16f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Ilma Regina Castro Saramago de Souza

TCC (Graduação em Educação Física) - Faculdade de Educação,
Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Educação Especial. 2. Educação Física Adaptada. 3. Capacidade e Desenvolvimento. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

JULIANA DO NASCIMENTO LIMA

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA PARA O
DEFICIENTE FÍSICO NO CONTEXTO ESCOLAR**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA**

() MONOGRAFIA
(X) ARTIGO

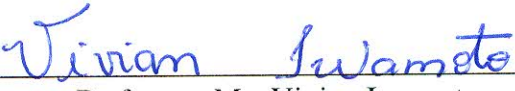
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me Ilma Regina Castro Saramago de Souza
Orientadora



Prof. Dr. Josiane Fujisawa Filus de Freitas
Avaliadora



Professora Me. Vivian Iwamoto
Disciplina de Trabalho de Graduação

**DOURADOS – MS
2017**

AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA PARA O DEFICIENTE FÍSICO NO CONTEXTO ESCOLAR

Juliana do Nascimento Lima¹

Ilma Regina Castro Saramago de Souza²

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar as contribuições da Educação Física Adaptada para o aluno deficiente físico no contexto escolar e como objetivos específicos: Compreender conceitos e características da deficiência física; conhecer a origem e as propostas da Educação Física Adaptada; analisar as contribuições da Educação Física Adaptada para o aluno com deficiência física. A partir da pesquisa bibliográfica, buscou-se estudar a história, os conceitos e as características da deficiência, assim como as propostas e as contribuições da Educação Física Adaptada para o deficiente físico. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para que, os professores de Educação Física reflitam a sua prática ao utilizarem a Educação Física Adaptada e se beneficiem dela, a fim de auxiliar o desenvolvimento físico, social e educacional de seus alunos.

Palavras Chave: Educação Especial. Educação Física Adaptada. Capacidade e Desenvolvimento.

THE CONTRIBUTIONS OF PHYSICAL EDUCATION ADAPTED TO THE PHYSICAL DISABILITY IN THE SCHOOL CONTEXT

ABSTRACT

This research aimed to: Investigate the contributions of Adapted Physical Education to the physically handicapped student in the school context and as specific objectives: To understand concepts and characteristics of physical disability; Know the origin and the proposals of Adapted Physical Education; To analyze the contributions of Adapted Physical Education to the student with physical disability. From the bibliographical research, we sought to study the history, concepts and characteristics of the disability, as well as the proposals and the contributions of Adapted Physical Education for the physically handicapped. It is hoped that the results of this research can contribute to the fact that Physical Education teachers reflect their practice by using Adapted Physical Education and benefiting from it in order to assist the physical, social and educational development of their students.

Keywords: Special Education. School Physical Adapted. Capacity and Development.

¹Discente do curso de Educação Física FAED/UFGD, Dourados/MS.
E-mail: juuh.lima@outlook.com

² Prof.^a Me. Ilma Regina Castro Saramago de Souza, orientadora do trabalho de graduação FAED/UFGD, Dourados/MS.
E-mail: ilmasaramago@hotmail.com

Introdução

Os primeiros relatos voltados para o atendimento aos deficientes ocorreram na Europa, no século XX. Refletindo sobre mudanças na atitude dos grupos sociais, muitas medidas educacionais foram concretizadas para o atendimento desta população. No mesmo século, inspirados por experiências concretizadas na América do Norte, o Brasil iniciou os atendimentos com serviços específicos, a partir de iniciativas oficiais e particulares, despertando interesse dos educadores para o atendimento educacional de pessoas com deficiência (MAZZOTA, 2003).

O atendimento à pessoa com deficiência teve início na época do império, quando D. Pedro II por meio do decreto imperial nº 1428, fundou o Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de atender meninos com cegueira. A partir da criação deste instituto, muitos outros institutos e fundações foram criadas, a fim de prestar atendimento educacional especializado para os mais diversos tipos de deficiência, tais como mental, física, visual ou auditiva. A trajetória percorrida pelos deficientes, seus avanços e conquistas têm sido temática para diversos estudiosos, sendo a EFA incluída nos cursos de graduação em Educação Física por meio da Resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação (CIDADE; FREITAS 2002, p. 27).

A história do desporto adaptado teve início na Inglaterra. Foi o neurologista Ludwig Guttmann quem criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares, no hospital de Stoke Mandeville na cidade de Aylesbury, com o intuito de tratar homens e mulheres que voltavam mutilados da guerra (COSTA, 2004 p.30).

Segundo Adams *et al* (1985, p.38), antes da guerra os deficientes eram vistos com um estorvo para a sociedade e, em muitos casos, por suas próprias famílias. Embora a guerra tenha causado grandes horrores para os militares e suas famílias, trouxe também a sensibilidade e o alento para as pessoas com deficiência, pois a partir dos cuidados e atendimento aos feridos, foram construídos o respeito e a integração dos mesmos na sociedade.

De acordo com Mazzota (2003), no final do século XIX até a década de 1930, os programas de atividade física começaram a passar de treinamento físico com orientação médica, para reabilitação voltada ao esporte. Somente em 1950, a Educação Física Adaptada (EFA) passou a ser reconhecida e utilizada, neste tempo deixou de ser um método médico e tornou-se um método pedagógico, tendo o objetivo de fornecer ao

aluno deficiente um atendimento especializado, proporcionando-lhe o bom desenvolvimento e o seu bem-estar físico, social e educacional.

Inspirado pela história da EFA e seus avanços até os dias atuais, a presente pesquisa intitulada “As contribuições da EFA para o deficiente no contexto escolar”, apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema, sendo problematizado a partir da seguinte questão: A inclusão de alunos deficientes nas aulas de Educação Física contribui para o desenvolvimento do mesmo promovendo de fato a inclusão?

Somado a este questionamento, muitos outros foram feitos, por uma das autoras, enquanto cursava as disciplinas: Educação Especial e Educação Física Adaptada, no curso de Educação Física, da Universidade Federal da Grande Dourados. Fomos instigadas pela temática da Educação Especial desde o tempo em que estudava no ensino médio e observava uma aluna deficiente (usuária de cadeiras de rodas) e sua dificuldade em acessar a sala de aula e outros ambientes da escola, principalmente a quadra de esportes. Excluída, nunca presenciamos a aluna participar das aulas de Educação Física, o que incomodava bastante. Desta forma, ao pensar na temática do Trabalho de Conclusão de Curso, não houve dúvidas de que esta pesquisa estaria relacionada à temática da Educação Especial e da Educação Física, especialmente a EFA.

Assim, o objetivo geral deste estudo foi investigar as contribuições da EFA para o aluno deficiente físico no contexto escolar. E os objetivos específicos buscaram compreender conceitos e características da deficiência física; conhecer a origem e as propostas da EFA; analisar as contribuições da EFA para o aluno com deficiência física.

Sendo as discussões voltadas à inclusão de alunos com deficiência na Educação Física, tendo como instrumento a EFA, este trabalho torna-se relevante, podendo abrir espaço para novas discussões. O presente estudo possibilita que a escola, os profissionais da Educação Física e a sociedade possam conhecer e refletir sobre a pessoa com deficiência física, suas capacidades de aprendizagem e seu desenvolvimento, independentemente de sua deficiência.

A pesquisa foi do tipo bibliográfica, que segundo Gil (2008, p. 50) é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos pertinentes ao tema proposto. Neste estudo, foram utilizados livros, artigos e leis nacionais previamente selecionados.

Para o autor, este tipo de pesquisa permite uma cobertura de uma série de fenômenos muito mais ampla do que se poderia pesquisar diretamente. Tal método de

pesquisa possibilitou um resgate histórico e em diversos espaços dispersos sobre o tema proposto, trazendo informações sobre as origens, história e contribuições da EFA ao longo do tempo.

História, conceitos e características da deficiência

Segundo Mazzota (2003), o atendimento para pessoas com deficiência teve início na Europa no Século XX, visando mudanças nas atitudes dos grupos sociais, concretizando medidas educacionais para o atendimento desta população. Posteriormente, estas medidas foram se expandindo, tendo sido primeiramente levadas para os Estados Unidos, Canadá e para outros países, inclusive para o Brasil (MAZZOTA, 2003).

No mesmo século, inspirados por experiências concretizadas na América do Norte, o Brasil iniciou o atendimento com serviços específicos para os cegos, surdos, deficientes mentais e físicos, a partir de iniciativas oficiais e particulares, o que despertou o interesse dos educadores pelo atendimento educacional de pessoas com deficiência.

De acordo com Mazzota (1995), no Brasil o atendimento à pessoa com deficiência teve início na época do império, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos pelo imperador D. Pedro II, por meio do Decreto Imperial N°1428 de 12 de setembro de 1854. Este instituto localizava-se na cidade do Rio de Janeiro e visava atender de maneira educativa meninos com cegueira. No ano de 1857 foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, também no Rio de Janeiro, com o objetivo de atender crianças surdas entre 7 a 14 anos de idade. Trinta e sete anos depois, em 1891 o instituto dos Meninos Cegos recebeu o nome de Instituto Benjamin Constant, em homenagem ao professor de matemática e diretor do Instituto Benjamin Constant Botelho Magalhães.

Além destes, foram criadas Fundações e Associações para atender pessoas com deficiências visuais, auditivas, mentais e físicas. Dentre elas a Fundação Pestalozzi, fundado em 1926 e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fundada em 1952, no Rio de Janeiro e em 1961, em São Paulo. Inspirada pela National Association for Retarded Children (NARC), a APAE foi difundida e organizada em diversos estados brasileiros.

A trajetória percorrida pelos deficientes e suas conquistas, a partir dos movimentos promovidos por eles e seus familiares, tem sido temática de diversos estudiosos. O caderno do Ministério de Educação e Desporto (BRASIL, 1998, p. 52) classifica a deficiência física como uma desvantagem, resultante de um comprometimento ou incapacidade, que limita ou impede o desenvolvimento motor de determinada pessoa. Sendo assim, são considerados deficientes físicos indivíduos que possuem comprometimento das capacidades motoras.

A deficiência física também pode ser compreendida como uma alteração completa ou parcial que compromete a parte física do sujeito. O decreto nº 3.298 de 1999 (BRASIL, 1999) da legislação brasileira, considera a deficiência física como:

Art. 4º: I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 1999).

Bershe e Machado (2007) ensinam que a deficiência física existe devido à falta de um membro (amputação) ou a má formação dele, que pode ocorrer por alterações musculares ou esqueléticas. Pode, ainda, acontecer por alterações funcionais motoras ocorridas por uma lesão no sistema nervoso central, nesse caso pode-se observar alterações no tônus muscular - hipertonia, hipotonia, atividades tônicas reflexas, movimentos involuntários e incoordenados. As autoras explicam que: “[...] as terminologias “para, mono, tetra, tri e hemi”, dizem respeito à determinação da parte do corpo envolvida, significando respectivamente, somente os membros inferiores, somente um membro, os quatro membros, três membros ou um lado do corpo [...]” (BERSHE; MACHADO, 2007, p. 22).

Nesse caso, conforme as autoras citam, é necessário que estes deficientes sejam observados e acompanhados quanto à progressão, regressão ou estagnação do seu desenvolvimento, pois estas informações contribuirão para o atendimento do aluno, inclusive para o seu desenvolvimento escolar. Também é necessário que as pessoas que estejam ligadas diretamente aos deficientes sejam informadas se o deficiente tem outras

complicações como epilepsia ou qualquer outro problema de saúde que seja tratado com maiores cuidados.

Bershe e Machado (2007) baseiam-se no documento “Salas de Recursos Multifuncionais - Espaço do Atendimento Educacional Especializado”, publicado pelo Ministério da Educação, e esclarece que é necessário que os professores conheçam as diversidades existentes na escola, para que possam desenvolver o potencial dos seus alunos. O documento, mencionado pelos autores demonstra:

[...] é necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações prática vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 2006, p. 29).

Dentre as deficiências físicas estão: a hemiplegia, que paralisa metade do corpo (direita ou esquerda); a paraplegia que paralisa membros inferiores (pernas); e a tetraplegia que paralisa os membros superiores e inferiores, ambas causadas por lesões no sistema nervoso (cérebro ou medula espinhal) alterando o controle neurológico e afetando os movimentos do corpo.

Já as pessoas amputadas são aquelas, que nasceram sem algum membro, perderam em decorrência de acidentes ou por problemas de saúde. Já a paralisia cerebral é consequência de lesão que pode ter ocorrido no cérebro durante a gravidez, parto ou após o nascimento afetando o movimento e postura, podendo em alguns casos atingir a área do cérebro responsável pelas funções cognitivas, ligadas a inteligência (BRASIL, 1998, p. 55 - 56).

Desta forma, ao que se refere à educação escolar para os alunos deficientes físicos cabe aos professores, inclusive aos professores de educação física escolar, o conhecimento dos diferentes tipos de deficiência de seus alunos, atentando-se para o fato que deficiência física e deficiência mental são limitações diferentes, que atingem áreas distintas do cérebro, para que possam desenvolver estratégias, possibilidades e propostas para o desenvolvimento e a qualidade de vida dos seus alunos.

Origens da Educação Física Adaptada e suas propostas

Destinado a tratar homens e mulheres que voltavam feridos da Segunda Guerra Mundial, a pedido do Governo britânico, o neurologista Ludwing Guttamann fundou o Centro Nacional de Lesionados Medulares no hospital de Stoke Mandeville na cidade de Aylesbury, Inglaterra, onde tiveram início os desportos adaptados para pessoas com deficiência, pois acreditava-se que a partir do esporte “reabilitação” estariam devolvendo a sociedade em deficiente capaz de ser “eficiente” pelo menos no esporte.

Segundo Adams *et al* (1985, p.38), antes da guerra, os deficientes eram vistos como um estorvo para a sociedade e, em muitos casos, por suas próprias famílias. Mesmo com tantos horrores para militares e suas famílias, a guerra trouxe também sensibilidade e alento para as pessoas com deficiência, pois a partir dos cuidados e atendimentos para os que voltavam feridos, e em muitos casos mutilados da guerra, foram construídos respeito e integração dos mesmos na sociedade.

Antes da guerra, os deficientes eram olhados, infelizmente como um estorvo para a sociedade, quando não, para suas próprias famílias. A guerra com todos os seus horrores, ironicamente, trouxe à pessoa com deficiência algo melhor do que ela possuía anteriormente. Os deficientes eram então olhados com respeito e eram, até mesmo, membros normais de uma sociedade (ADAMS *et al.*, 1985, p.38).

Mazzota (2003), cita que no final do século XIX até a década de 1930, os programas de atividade física deixaram de ser treinamento físico com a orientação médica, para reabilitação voltada ao esporte, surgindo a preocupação com a criança e com o seu desenvolvimento físico, social e educacional.

A EFA passou a ser reconhecida e utilizada em 1950, quando deixou de ser um método médico e tornou-se um método pedagógico. Entre as décadas de 30 e 50, a Educação Física consistia em uma série de atividades corretivas e não pedagógicas como tem sido proposta nos dias atuais. Nessa época, os responsáveis pela Educação Física tinham formação sólida em medicina e fisioterapia e os candidatos a professores de Educação Física geralmente cursavam Educação Corretiva.

Sherril (1993 *apud* WINNICK, 2004) relata que os programas de Educação Física, neste período, consistiam de aulas regulares ou corretivas para alunos que hoje seriam considerados “normais”. A autora relata que:

A indicação para a Educação Física se baseava em um exame completo realizado por um médico que determinava se o

estudante devia participar do programa normal ou do corretivo. As aulas corretivas consistiam basicamente de atividades limitadas, restritas ou modificadas, relacionadas a problemas de saúde, postura ou aptidão física. Em muitas escolas, os alunos eram dispensados da Educação Física; em outras, o professor normalmente trabalhava em várias sessões diárias de Educação Física normal. Os líderes da Educação Física corretiva continuavam tendo sólida formação em medicina ou fisioterapia (SHERRILL1993, *apud* WINNICK, 2004, p.12-13).

Mazzota (2003) cita que, além das atividades propostas nas aulas serem corretivas, elas eram limitadas e restritivas, contemplando, apenas, os problemas de saúde, postura e aptidão física. Desta forma, nem todas as escolas atendiam esses requisitos, por isso dispensavam os alunos com deficiência nos dias destinados a aula de Educação Física.

Winnick (2004 *apud* STRAPASSON, 2007), afirma que na década de 1950, alguns deficientes já frequentavam as escolas em alguns países, pois a visão humanística se difundia gradativamente. O autor destaca que, em 1952, a American Association for Health, Physical Education, Recreation and Dance (Associação Americana de Saúde, Educação Física, Recreação e Dança) constituiu um comitê para definir a subdisciplina e ditar orientações das diretrizes para os profissionais.

Esse comitê definiu a EFA como um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos, esportes e ritmos, adaptado aos interesses, às capacidades e limitações dos alunos portadores de deficiência que não podem participar com sucesso e segurança das rigorosas atividades do programa geral da Educação Física (WINNICK, 2004*apud* STRAPASSON, 2007, p.10).

Rosadas (1994, p. 05) classifica a EFA como uma Educação Física aplicada em condições especiais que visa, “[...]uma população especial que necessita de estímulos especiais de desenvolvimento motor e funcional [...]”. Já para Barbanti (1994 *apud* DUARTE; LIMA,2003, p.82), a EFA também pode ser conceituada como: “[...] educação que envolve modificações ou ajustamentos das atividades tradicionais da Educação Física para permitir as crianças com deficiência participar com segurança de acordo com suas capacidades funcionais [...]” (BARBANTI, 1994 *apud* DUARTE; LIMA, 2003, p.82).

Cidade e Freitas (2002, p.27), pontuam que a EFA surgiu “[...] oficialmente nos cursos de graduação por meio da resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação,

prevendo a atuação do profissional de Educação Física junto às pessoas com deficiências e outras necessidades especiais [...]”, sendo um importante instrumento de capacitação do profissional para lidar com alunos deficientes principalmente no contexto escolar.

O Art. 3º deste documento prescreve que os currículos do curso de Educação Física devem contemplar os aspectos humanísticos, exigindo do profissional da Educação Física o conhecimento do ciclo vital do aluno, concernente aos aspectos biológicos e psicológicos, a partir das atividades físicas.

Posteriormente, a Constituição Federal Brasileira de 1988 prevê a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica para todos os alunos dos 4 aos 17 anos. O artigo 208, Parágrafo III, ao mencionar o atendimento escolar para o deficiente, garante: “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (BRASIL, 2001, p. 122).

Nesse caso, a EFA tem fundamental papel na vida do aluno deficiente, pois, como destaca Pedrinelli e Verenguer (2008), ela tem como objetivo de estudar e intervir “[...] no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática de atividades Físicas [...]” (PEDRINELLI; VERENGUER, 2008, p. 4), utilizando-se de técnicas, métodos e organização que podem ser aplicadas ao aluno deficiente.

Já a Educação Física Escolar, segundo o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF, 2002, p. 04) é uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal do movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, capacitando-o para usufruir os jogos, os esportes, as danças, as lutas e as ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida. A EFA vem se tornando uma subárea da Educação Física Escolar, pois a mesma visa uma população específica que necessita de estímulos especiais, que envolve modificações ou ajustamentos das atividades tradicionais, permitindo a participação dos alunos com deficiência, sendo ambas de extrema importância para todos os alunos no contexto geral das aulas de Educação Física.

A Educação Física Adaptada e suas contribuições para o aluno deficiente físico

A EFA tem como objetivo oferecer ao aluno deficiente físico um atendimento especializado, proporcionando-lhe o bom desenvolvimento e o seu bem-estar físico, social e educacional. Para Duarte e Lima (2003, *apud* STRAPASSON, 2007, p. 11):

As atividades proporcionadas pela EFA devem oferecer atendimento especializado aos alunos com necessidades especiais, respeitando as diferenças individuais, visando proporcionar o desenvolvimento global dessas pessoas, tornando possível não só o reconhecimento de suas potencialidades, como também, sua integração na sociedade.

Vale ressaltar que a ausência da atividade física além de trazer prejuízos funcionais, promove um sentimento de impotência e isolamento social, onde a falta de informação e conhecimento acaba levando a não participação destes alunos, tornando-se uma das principais causas da exclusão dos mesmos.

Assim, uma das principais propostas da EFA é incluir ativamente o aluno nas atividades propostas para que o mesmo se sinta acolhido e parte integrante do meio, tendo ciência de suas capacidades físicas. Mendes (2006, p. 2) define inclusão como: “[...] a participação plena da criança com necessidades educacionais especiais em programas e atividades para crianças com desenvolvimento típico [...]”. Nessa perspectiva, o aluno deficiente físico possui o direito de ter a participação plena nas aulas de Educação Física, tendo as suas atividades adaptadas, conforme as suas necessidades. Para isso, o professor precisa buscar aperfeiçoar seus conhecimentos, a fim de propiciar ao aluno uma prática de Educação Física prazerosa e libertadora, pois pessoas com deficiência necessitam de estímulos diferentes, adaptações e aceitação.

Adaptações como as feitas em modalidades paralímpicas, podem ser utilizadas nas aulas de EFA. Costa (2004, p. 32 a 34) cita algumas destas modalidades: atletismo- praticado por atletas deficientes físicos e visuais; judô- praticado por deficientes visuais; basquete- praticado por atletas com deficiência física motora; tênis de mesa- onde participam atletas com paralisia cerebral, amputados e usuários de cadeiras de rodas; tênis- destinado a usuários de cadeiras de rodas; futebol de sete- que é destinado a atletas com paralisia cerebral; esgrima- para participantes atletas com deficiência física motora.

Todas essas modalidades podem ser aplicadas de maneira lúdica no contexto escolar, visto que elas possuem adaptações que visam atender as deficiências físicas, visuais e motoras que são as mais comuns no âmbito escolar.

Ainda, nesta mesma direção Strapasson (2006 *apud* STRAPASSON, 2007, p. 13), alerta sobre a atitude dos professores de Educação Física, quanto às relações pessoais entre aos alunos deficientes e não deficientes. Nas aulas de EFA, um dos objetivos é enfatizar o potencial do aluno e não a sua deficiência. Portanto, o professor precisa estar atento para que o desrespeito, os estigmas e o preconceito não sejam disseminados.

Para a estudiosa, é importante fazer com que os alunos que não são deficientes sejam orientados e possam vivenciar nas aulas, as dificuldades enfrentadas pelos deficientes, seja promovendo barreiras no momento de executar as atividades, ou a experiência de usarem a muleta, a cadeira de rodas ou algum tipo de prótese.

Nas aulas de EFA, ofertada ao curso de Educação Física da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) ministrada pela professora Josiane Fujisawa Filus de Freitas, neste ano de (2017) os alunos tiveram a oportunidade de vivenciar atividades adaptadas que simulavam as deficiências mais comuns encontradas nas escolas.

Em uma primeira oportunidade, os alunos deveriam se locomover da sala de aula até ao laboratório de Educação Física vendados. Com vendas nos olhos percorreram todo o caminho com o auxílio de um colega que estava na função de guia. Este caminho era feito com frequência pelos alunos. Vendados, os alunos puderam sentir as dificuldades enfrentadas pelo deficiente visual e notar obstáculos que passavam despercebidos no dia a dia, notando, também, o quanto a audição e o tato são importantes para pessoas com deficiência visual.

Em outra aula, os alunos tiveram a oportunidade de utilizar as cadeiras de rodas. A princípio se deslocando do laboratório para a quadra, onde foram realizadas atividades como voleibol sentado, basquete e handebol, tendo pelo menos um aluno na cadeira de rodas em cada atividade, com o propósito de incluir ativamente este aluno.

Nas aulas posteriores, por meio de seminários, os alunos tiveram a oportunidade de desenvolver e aplicar atividades que pudessem incluir usuários de cadeiras de rodas e deficientes visuais ao mesmo tempo. Foram aplicadas diversas atividades como voleibol vendados, pega-pega, corrida com obstáculos, rugby, slackline, lutas, circuito e brincadeiras lúdicas.

Todas essas atividades tinham como objetivo principal a inclusão dos alunos com deficiência, porém sem esquecer de proporcionar uma atividade prazerosa também para os alunos que não possuem deficiência. Dentre as adaptações necessárias para incluir o aluno com deficiência física nas atividades, foi proposto trabalhar em espaço reduzido no pega-pega, dando a oportunidade para o aluno usuário de cadeira de rodas ser o pegador sem necessitar percorrer grandes espaços; colocar os alunos sentados para jogar voleibol para que os demais estejam nas mesmas condições do aluno com deficiência; pega-pega onde todos os alunos estejam sentados com um balão amarrado no pé. Para o aluno usuário e cadeira de rodas o balão deveria estar amarrado na parte de trás da cadeira, e só poderiam se deslocar se arrastando para estourar o balão do colega. Obviamente, esses experimentos não retratam o cotidiano real dos alunos deficientes, mas pode instigar os alunos que não são deficientes a refletirem sobre a sua vida cotidiana.

É necessário, antes de realizar as adaptações observar se o aluno com deficiência (especialmente neste estudo o aluno com deficiência física) consegue realizar a atividade sozinho ou se necessita de ajuda de outro colega ou do professor, e no caso do aluno usuário de cadeira de rodas certificar-se que o mesmo pode ser retirado da cadeira, conseguindo sentar no chão sem precisar de apoio.

As atividades adaptadas vivenciadas em aula proporcionaram uma maior compreensão das contribuições da EFA para os alunos com deficiência física. Jogos, lutas e brincadeiras adaptadas contribuem para o desenvolvimento da autoconfiança, inclusão, controle motor, bem-estar físico, social e educacional e desenvolve a independência para alcançar metas e melhorar seu potencial, além de desenvolver as funções orgânicas e estimular o respeito e compreensão das deficiências pelos demais alunos.

Considerações Finais

Por meio dessa pesquisa, que teve como objetivo investigar as contribuições da Educação Física Adaptada para o aluno deficiente físico no contexto escolar, pode-se constatar o avanço dos serviços da Educação Física Adaptada, prestados as pessoas com deficiência. São inegáveis as contribuições da EFA para estes alunos em questão, pois as práticas das atividades físicas possibilitam o desenvolvimento das habilidades

motoras, a autonomia nas práticas desportivas, no lazer, na locomoção, na consciência do movimento e na interação social entre os pares.

Além disso, a prática esportiva traz benefícios orgânicos (aspecto metabólicos, cardiorrespiratórios e musculo-ósteo-articular), melhorias no convívio social e independência para alcançar suas metas e melhorar o seu potencial. A Educação Física Adaptada permite a inclusão do aluno deficiente nas aulas, pois possibilita que ele esteja envolvido com os demais alunos e tenham o sentimento de aceitação. Permite, ainda, que o aluno desenvolva as suas habilidades e potencialidades, sem, portanto, ignorar e desrespeitar as suas condições e seus limites.

A prática na Educação Física Adaptada deve ser prazerosa, envolvente e permitir ao aluno o bem estar físico e emocional. Para isso, é necessário que o professor de Educação Física seja capacitado, que esteja engajado em estudar e adquirir conhecimento sobre a deficiência, o deficiente físico e o processo de inclusão, e, esteja ciente dos benefícios e das contribuições que a Educação Física Adaptada poderá proporcionar aos deficientes não somente nas aulas, mas, também, na vida.

Referências

ADAMS, R; A; Mc CUBBIN, J. *Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico*. Tradução de Ângela Marx. 3.ed. São Paulo: Manole, 1985.

BRASIL. *Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. *Deficiência Mental. Deficiência Física*. - Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação a Distância, 1998.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. *Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989*, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. *D.O.U.* 21 dez. 1999.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 11.04.2017.

_____. Câmara dos Deputados. *Constituição Da República Federativa Do Brasil 1988*. 17º ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 2001.

BERSHE, R; MACHADO R. Conhecendo o aluno com deficiência física. In: SCHIRMER, Carolina R. et al. *Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Física*. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF, 2007.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola. *Integração*, v. 14 - Edição Especial - EFA -, p. 27-30, 2002.

Conselho Federal de Educação Física. *Educação Física Escolar*. Disponível em: http://www.confef.org.br/extra/revistaef/arquivos/2002/n05_dezembro/02_educacao_fisica_escolar.pdf Acesso em: 30 de abril de 2017

COSTA, A. M. da. *Educação Física e Esporte Adaptado: História, Avanços e Retrocessos em Relação aos Princípios da Integração/ Inclusão e Perspectivas para o Século XXI*.

Disponível em: <http://rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/236/238>. Acesso em: 30 de abril de 2017.

DUARTE, E; LIMA, S.T. *Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

GIL, A.C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZOTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, E. G. *Inclusão: é possível começar pelas creches?* 29º Reunião Anual da ANPed. GT: Educação Especial / n. 15. Caxambu, MG, 2006.

PEDRINELLI, V. J; VERENGUER, R. C.G. Educação Física Adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. (org) *Atividade Física Adaptada: Qualidade de Vida para as pessoas com necessidades especiais*. 2ª ed. revisada e ampliada. Barueri: São Paulo, 2008.

ROSADAS, S. de C. *Atividade Física Adaptada e Jogos Esportivos para o Deficiente. Eu posso. Vocês duvidam?* Rio de Janeiro: Ateneu, 1994.

STRAPASSON, A.A *Educação Física na Educação Especial*.

Disponível: em <http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>. Acesso: em 03 de Abril de 2017.

WINNICK, J. P. *Educação Física e Esportes Adaptados*. 3 ed. Barueri- SP, Manole, 2004.